

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Sandra Helena Dias Morem

O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO  
NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Porto Alegre

2015

Sandra Helena Dias Morem

O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO  
NA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaira Coelho Moraes

Porto Alegre

2015

## RESUMO

O curso de especialização em Gestão escolar do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica - MEC/FACED – UFRGS, veio ao encontro de meu objetivo principal como vice-diretora de uma escola municipal de Porto Alegre, uma vez que o Plano de Ação desta gestão baseia-se nos princípios de democracia e transparência. Construí um Projeto de Intervenção com o foco no fortalecimento do Conselho Escolar, a fim de aumentar a participação da comunidade na escola, nas reuniões, nas atividades culturais e nos movimentos realizados pela comunidade dentro e fora da escola. Acreditando em uma gestão efetivamente democrática, com as ações propostas neste trabalho, pretendi minimizar o problema do fracasso escolar, evasão, infrequência e indisciplina, além da desmotivação dos alunos, o que tem aumentado gradativamente no decorrer dos anos. Com este pensamento, baseada Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, que coloca a educação como um ato de intervenção no mundo, construí meu planejamento. Também, Cury (2007), Werle (2003) e Franco (2003) são alguns dos autores que embasaram o presente trabalho. A pesquisa-ação foi baseada na realização de reuniões com a comunidade e questionários para investigar o conhecimento sobre o Conselho Escolar. Até o momento, conseguimos uma maior representação da comunidade na eleição do Conselho Escolar e na formação deste, mas muito ainda precisa ser feito. Desenvolvi ações que envolveram todos os segmentos do Conselho Escolar com planejamento de projetos participativos dentro da escola, priorizando a participação dos educandos como parte da comunidade escolar e agentes de transformação.

**Palavras Chave:** Conselho Escolar; Gestão Democrática; Direito à educação.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>04</b>
<b>2 ALGUNS PRINCÍPIOS PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA: FORTALECENDO O CONSELHO ESCOLA .....</b>	<b>10</b>
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 A PESQUISA AÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>4 A ANÁLISE DAS AÇÕES .....</b>	<b>21</b>
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>
<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como gestora de uma escola da rede municipal de Porto Alegre, procurei o curso de Especialização em Gestão Escolar, a fim de buscar mais conhecimento e capacitação que me auxiliasse a enfrentar os desafios diários, com base nos objetivos estabelecidos no Plano de Ação. A meta desta gestão é construir uma gestão democrática e descentralizadora, onde cada um desenvolve um papel importante e participa das decisões. Garantindo, como papel fundamental do gestor, condições para que os educandos tenham direito a uma educação realmente significativa e de qualidade.

Este trabalho teve como objetivo principal, viabilizar o fortalecimento da participação da comunidade na escola nas reuniões, nas atividades culturais e nos movimentos realizados pela comunidade. Tal objetivo proposto está relacionado a nossa preocupação em combater o fracasso escolar, evasão, infrequência e indisciplina, além da desmotivação dos alunos. Para os objetivos específicos a intenção é de desencadear ações que despertem o desejo de aprender, buscando com isso o desenvolvimento do pensamento lógico, da leitura e da escrita; incentivar a interação e o convívio com o outro, favorecendo a construção de um papel social atuante e positivo nos grupos de convivência; estimular a autonomia do educando, aprofundando conteúdos e vivências, respeitando os ritmos individuais e as características de cada um. Problemas estes que tem aumentado gradativamente ao longo dos anos e diminuído a participação da família na escola. Como diz CURY, (p.490,2007) não basta o acesso à escola. É preciso entrar e permanecer. A permanência se garante com critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico próprio do ensino/aprendizagem

Assumi a vice- direção da escola em dezembro de 2014, criando, junto com a diretora, um Plano de Metas com base na Gestão Democrática, transparência e uma administração descentralizadora. Formamos uma equipe diretiva com funções definidas, mas com a mesma linguagem, com reuniões semanais de planejamento e reavaliação. Em nossos objetivos estava a finalização do Plano Político Pedagógico e a construção do Regimento Interno e ativação do Conselho Escolar. Destes, o primeiro conseguimos atingir e o fortalecimento do Conselho Escolar está iniciando.

As ações propostas até o momento foram pequenas e demandam ainda de reajustes. Acredito que a comunidade escolar tem muito a contribuir, ainda que muitos não acreditem nesta participação ou não dispensam tempo para ela.

A comunidade escolar analisada está localizada num bairro periférico de Porto Alegre, a Restinga, fortemente ligado a questões de violência e pobreza. A área em que se localiza a escola e a maior parte da sua comunidade foi implantada em 1999, a partir da remoção de vilas de dentro e de fora da Restinga. Essa unidade corresponde à periferia do bairro, para a qual alguns serviços ainda são deficitários, como o transporte público ou o comércio geral. No entanto, a unidade possui um crescimento potencial, o que pode ser observado pelas recentes instalações, dentro dos seus limites, do Instituto Federal (IFRS - Campus Restinga) e do Hospital da Restinga e Extremo-Sul.

Dos muitos aspectos que poderiam ser destacados para caracterizar a comunidade na qual a escola se encontra inserida, um dos mais marcantes é a sua condição econômica e social. Uma quantidade significativa de moradores da localidade não possui emprego formal, sobrevivendo de empregos esporádicos ou de programas governamentais de assistência. É marcante, também, a influência do tráfico e consumo de drogas nas organizações familiares. O tráfico representa, muitas vezes, a renda principal da família, ao mesmo tempo em que o consumo representa a crise e a fragilidade destes laços. A presença dos órgãos de Estado não é efetiva, decorrendo dessa ausência a intensificação da insegurança, o que favorece a produção de uma sociabilidade sustentada por relações de dependência e lealdades pessoais. A Comunidade Escolar se encontra, portanto, em uma posição de vulnerabilidade social.

Ainda assim, é possível perceber uma melhoria nas condições sócio-econômicas gerais da comunidade. Nos primórdios da escola, era marcante a situação de carência dos alunos, tanto no que dizia respeito a questões de recursos materiais e acesso aos meios básicos de higiene, alimentação e saúde, quanto em relação às experiências mais relacionadas à cultura em geral.

Existe um alto índice de manutenção em nossa escola, onde o maior deles se dá pela infrequência. Um dos principais fatores que influenciam nestes índices está o descompasso entre escola e sociedade, de forma que os objetivos e formas de

organização não coincidem. A escola parece um elemento estranho à sociedade: se de um lado a própria escola não tem clareza das suas funções; por outro lado, a sociedade não tem clareza da importância da escola. Sobre a escola, muitas demandas são depositadas, tornando confuso o que é dever da escola e o que é dever da família ou de outros órgãos competentes. A família e, até mesmo o Estado, terceirizam suas responsabilidades, incumbindo à escola responsabilidades diversas. Essa não é uma realidade restrita à nossa, mas às escolas do país de forma geral.

Dentro dessa perspectiva, fica evidente a falta de comprometimento das famílias, no sentido de garantir a frequência dos alunos na escola, ou até mesmo de acompanhar o seu desempenho. Além disso, o estímulo recebido pelas crianças na fase anterior à escolarização é muito baixo, de forma que muitos necessitam aprender questões básicas, tais como segurar um garfo ou um lápis. Torna-se necessário reservar um tempo significativo das aulas para retomar essas questões básicas.

A maior parte das propostas construídas pela atual direção procura resgatar a identificação das famílias e dos alunos com o novo ambiente escolar, pensando em dinâmicas de apropriação desse espaço. Assim como esse, os demais desafios colocados pela história mais recente da escola e da sua comunidade obrigam uma reformulação constante de práticas. Essa reformulação necessita, antes de qualquer coisa, de um conhecimento mais aprofundado em relação ao novo grupo de alunos, de professores e funcionários, na busca pela transparência da melhor aplicação da política de trabalho e dos recursos, ressignificando a aprendizagem dos alunos e investindo na diminuição dos índices de infrequência, evasão, fracasso e indisciplina.

Analisando o histórico da escola, notou-se a necessidade da criação de estratégias e metodologias de ação que buscassem uma maior participação e envolvimento da comunidade com a atividade escolar, uma vez que a ampliação da estrutura da escola, o aumento do corpo docente e discente e do quadro de funcionários, tornaram as relações também mais distantes. Como consequência disso, observamos um afastamento da participação das famílias no cotidiano escolar.

Como o Conselho Escolar possibilita a participação de todos no processo educativo, sentimos a necessidade de ativar este órgão colegiado, a fim de descentralizar a gestão escolar e diminuir estes índices citados anteriormente, garantindo uma gestão escolar democrática. Como descreve Gracindo (2005), o Conselho Escolar é um órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática. O autor diz ainda que ele

[...] não deve configurar-se como instrumento de controle externo, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. E, nessa linha de raciocínio, a função principal do Conselho Escolar está ligada à essência do trabalho escolar, isto é, está voltada para o desenvolvimento da prática educativa, na qual o processo ensino-aprendizagem deve ser o foco principal, sua tarefa mais importante. Com isso, a ação do Conselho Escolar torna-se político-pedagógica, pois se expressa numa ação sistemática e planejada, com o intuito de interferir sobre a realidade, transformando-a. (GRACINDO, 2005, P. 40).

Desta forma, para que seja construída uma gestão democrática, a participação do Conselho Escolar precisa ir além da fiscalização e deliberação das ações do Projeto Político Pedagógico. É necessário o envolvimento de todos no planejamento, execução e avaliação deste último, agindo em conjunto na transformação da prática em sala de aula, avaliando e propondo ações de melhoria. Ele garante a participação de todos os segmentos da escola, contribuindo para a criação de um novo cotidiano escolar, onde escola e comunidade identificam e interagem juntas para enfrentar os problemas sociais vividos na sua realidade.

Pensando em intensificar a participação da comunidade escolar, este trabalho teve como base a pesquisa-ação e posterior avaliação dos grupos participantes, representantes da comunidade. Nesta avaliação são discutidos se os resultados estão de acordo com as expectativas, se as técnicas estão adequadas a este ambiente escolar, o que deve ser aprofundado e quais as potencialidades e limitações, entre outras análises. Levando em conta a opinião do coletivo, a reflexão, discussão e análise dos resultados com os membros do grupo.

Faz-se necessário, também, garantir que a escola seja um espaço de constante transformação e crescimento, através da intensificação da aprendizagem e da formação para os componentes da Comunidade Escolar, bem como das trocas de ideias de forma democrática, aberta e coletiva, que oportunizem meios para que



esta comunidade, em seus diferentes segmentos, se insira e se comprometa com todas as questões relacionadas à escola, assumindo seus respectivos direitos e deveres.

Este estreitamento de laços possibilita ainda a recuperação do respeito ao outro no dia-a-dia, levando professores, alunos e comunidades a buscarem, dimensões atuais dos campos históricos, sociais, culturais, permitindo ao aluno conhecer e respeitar os modos de vida de diferentes grupos sociais e incentivando o convívio entre escola e família.

Entretanto, precisamos lidar com a contradição entre aumentar a participação dos pais no ambiente escolar e a violência que estes mesmos pais manifestam. Ao mesmo tempo em que queremos os pais participando das decisões na e sobre a escola de seus filhos, precisamos ter o cuidado com a segurança de professores, funcionários e alunos que sofrem diariamente com a violência e a forma agressiva de lidar com os conflitos. Para alguns, não trata-se de uma contradição, pois quando se fala em gestão democrática pensa-se no envolvimento de todos e na modificação de posturas e atitudes em prol do coletivo. Refiro-me aqui, àqueles pais que entram descontrolados na escola querendo agredir fisicamente professores e alunos sem antes conversar e expor o conflito que chegou ao seu conhecimento, muitas (quase todas) vezes, de forma equivocada. Neste ano, dois professores já foram transferidos por sofrerem ameaças de pais em nossa escola, uma forma de violência que vem aumentando, dia após dia, e coloca toda a comunidade escolar em risco, uma vez que a escola não possui guarda e a segurança do portão é feita por funcionários e equipe diretiva que se reveza nas entradas e saídas dos turnos de aula.

No processo de democratização da escola, é importante também desenvolver ações que incentivem o comprometimento de cada aluno com a sua própria aprendizagem e com a do outro, buscando uma evolução constante no desempenho. A partir disso, proponho o fortalecimento e uma nova configuração do Conselho Escolar, abrindo espaço para uma participação mais efetiva dos segmentos, principalmente pais, alunos e funcionários, para que se façam presentes nas reuniões, opinando e trazendo elementos para a tomada de decisões da escola.

Tendo como meta uma gestão democrática, citada no Plano Político Pedagógico da escola, faz-se necessário firmar uma forte e bem articulada parceria entre os diferentes segmentos, bem como entre esses e a mantenedora. Somente assim, é possível projetar uma escola alicerçada na democracia e na participação, na qualidade e no crescimento constante.

A partir da leitura deste trabalho, que descreve sobre a gestão democrática e o fortalecimento do Conselho Escolar como instrumento para alcançar este objetivo, será possível analisar e inferir sobre as ações que estão sendo iniciadas em nossa escola, apresentadas nos Aspectos Metodológicos.

## **2 ALGUNS PRINCÍPIOS PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA: FORTALECENDO O CONSELHO ESCOLAR**

Muitas vezes o espaço escolar é vivenciado por situações de violência e indisciplina em que se reproduz relações de conflito que precisam ser superadas.

É no cotidiano da escola que os indivíduos vão criando maneiras de fazer a escola diferente, muitas vezes sem compreender o papel social da mesma e o seu próprio papel na escola. Como explica Freire (1996),

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996, p.46).

Acredito que este processo se dá através do diálogo, da participação e conseqüentemente do sentimento de fazer parte deste novo espaço do qual, estudantes e famílias começam a se apropriar. Conscientizar alunos e familiares de que a escola é o seu espaço de construção da cidadania é objetivo central da gestão democrática. É aí que entra o Conselho Escolar, órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora. É neste espaço que pais e alunos têm garantida sua participação, onde podem opinar, trazer sugestões e manifestar os desejos e prioridades desta comunidade.

No entanto, para que essa parceria realize um trabalho de acordo com o esperado e satisfaça a comunidade, é preciso que haja sintonia entre os parceiros e abertura por parte da direção para ouvir e aceitar a voz do Conselho. É fundamental que se estabeleça uma relação de respeito pela opinião de uns e outros, cumplicidade nas tomadas de decisão e, principalmente, que todos tenham objetivos comuns. A participação do Conselho deve se dar de forma autônoma, espontânea e consciente. Como aponta Werle (2003),

Não existe um Conselho no vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelecer, construir e operacionalizar. Cada conselho tem a face das relações que nele se estabelecem. Se forem relações de responsabilidade, de respeito, de construção, então, é assim que vão se constituir as funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. (WERLE, 2003, p.60).

Para que isso ocorra de fato, é necessário, como já mencionei anteriormente, criar condições, dar espaço e abertura para que a comunidade interna (professores, pais, alunos) e a comunidade externa, por meio dos colegiados, opinem, reivindiquem e percebam a importância e o peso de sua participação. Neste sentido, torna-se necessário refletir um pouco sobre o significado e o lugar que o Conselho Escolar ocupa na estrutura da escola.

O Conselho Escolar hoje é resultado dos movimentos populares iniciados na década de 1970/80, momento em que se buscava maior participação dos setores e da população. Com a participação dos segmentos da escola, estes movimentos começaram a ter maior visibilidade no sistema de ensino público que acabaram por se fundamentar na legislação atual. Dentre elas podemos citar: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação.

De acordo com o art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Configura-se assim, a gestão democrática como a abertura ao diálogo e à busca de caminhos para a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Constituição, 1988).

Se a educação é direito humano universal, a escola deve ser o instrumento e o espaço para a garantia desse direito e dos valores democráticos que visem a emancipação dos cidadãos. Nesse sentido, nossa escola propõe uma educação libertadora, transformadora, que busque mais que conhecer a realidade, agir sobre ela modificando-a por meio de uma relação dialética ao ponto em que educadores e educandos se tornem sujeitos do mesmo processo.

O processo educativo vai além do compromisso com conteúdos ou conhecimentos sistematizados, pois é na escola que se convive com as diferentes culturas, gêneros, raças e religiões e é neste espaço que se deve garantir o direito a esta diversidade, a partir de uma construção democrática. O Conselho Escolar é a instância que garante a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e a manifestação desta diversidade na escola e através dele construir o Plano Político Pedagógico da escola.

A LDB, em seu artigo 14, apresenta as seguintes determinações:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, LDB Nº. 9394/96).

O artigo 14 define que o Projeto Político Pedagógico seja construído pela escola, garantindo assim sua autonomia de gestão. Mas para que exista de fato a democracia, é necessário que a escola proporcione o espaço de discussão entre professores, pais, alunos e funcionários assumindo suas responsabilidades e a partir destas discussões coletivas proporcionadas pelas reuniões de Conselho Escolar, definir metas e objetivos comuns. Não basta assegurar o direito à educação básica, é preciso oportunizar espaços de discussão e neles fazer valer a fala de cada um, fazer pensar, refletir, questionar e problematizar as situações para a busca de soluções para aquela localidade.

É neste conjunto de ações coletivas que se busca a qualidade da educação. Entendendo qualidade não apenas como conhecimento e acúmulo de informações, mas como um ambiente de oportunidades onde todos sejam capazes de experimentar diferentes formas de aprender, refletir e interagir com o mundo.

Ainda sobre a qualidade na educação, o Artigo 12 da LDB nos diz que:

**Art. 12.** Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com os seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos 78 Módulo 1: Conselho Escolar na democratização da escola alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (BRASIL, LDB 9394/96).

A LDB coloca como responsabilidade da escola, a articulação com as famílias, Conselho Tutelar e outros órgãos para garantir o direito dos estudantes à educação. Mas a escola precisa ir, além disso, precisa firmar parcerias com as famílias, desenvolvendo uma gestão democrática como processo de construção de ações coletivas. O fortalecimento do Conselho Escolar torna possível desenvolver uma proposta que envolva todos os segmentos nas questões vivenciadas pela escola.

O Conselho Escolar tem como uma de suas atribuições essenciais a construção, a avaliação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da escola, garantindo a participação da comunidade escolar em assembleias para discussão e elaboração de soluções para os problemas que surgem no decorrer do processo educativo.

O Projeto Político Pedagógico é o documento que registra as mudanças que vão acontecendo na escola e os objetivos que se pretende alcançar, formando assim o processo de aprendizagem historicamente acumulado não só para o aluno, mas para toda a comunidade que precisa compreender que o que se tem, muitas vezes é consequência do que já passou. Não há como dissociar Gestão, Projeto Político Pedagógico e Conselho Escolar, um está relacionado com outro para construir uma Gestão Democrática que faça a diferença no processo educativo.

É na construção do PPP da escola que são elencados os rumos, as estratégias e a metodologia de trabalho que se pretende, com base na história daquela escola, daquela comunidade; e os objetivos a serem alcançados formatando a escola como espaço de construção para a formação destes indivíduos.

O PPP da escola analisada vem sendo construído há cerca de quatro anos ou mais, desde os primeiros encontros de discussão entre professores e pais, discussões sobre a fundamentação teórica e a realidade de nossa escola. As primeiras discussões se deram em grande grupo, depois passaram a reuniões em pequenos grupos de trabalho para apresentar ao grande grupo. Este ano foi

finalizado o documento, analisado e devolvido pela mantenedora (SMED) para pequenos ajustes e agora aprovado. A finalização deste documento representou um grande esforço e um enorme avanço para a escola: é a busca de um direcionamento que imprime a unidade e a identidade nas práticas, nas metodologias e nas formas de compreender o processo educativo, ao mesmo tempo em que procura respeitar a sua diversidade. Esta finalização exigiu um movimento reflexivo, um olhar para si próprio, um reconhecer das diferenças e das possíveis mudanças, questões fundamentais para a compreensão das novas características da escola como um todo. O PPP fortalece a garantia desses direitos e estabelece as diretrizes e metas a serem atingidas pensando-se em uma gestão democrática, além da atuação dos gestores e equipe diretiva, voltada para este fim, que executa o seu planejamento e a atuação do Conselho Escolar.

O Conselho Escolar tem o poder de garantir as decisões da comunidade escolar, embasadas pelas leis, garantindo também os espaços de reuniões de rede (reuniões semanais com órgãos como Conselho Tutelar, CRAS, postos de saúde e escolas da comunidade local) da comunidade do bairro Restinga. Estas reuniões têm por finalidade unir forças e fazer cumprir as obrigações de cada órgão e instituição, levantando as situações e casos prioritários e, se necessário, construir ações coletivas para se fazer cumprir judicialmente a garantia dos direitos violados.

Este conjunto de instrumentos e ações existe para fortalecer e fazer cumprir aquilo que a comunidade escolar acredita: a escola como espaço de aprendizagens múltiplas, diminuindo a discriminação, seja ela qual for, e preparando cidadãos que saibam exercer seus direitos e desempenhar seus deveres, inseridos no mundo. Neste sentido, uma das funções sociais da educação escolar pode ser vista no sentido de diminuir as discriminações.

Através do Conselho Escolar os segmentos, pais, alunos, professores e funcionários, vão ter voz e vez. É neste espaço que eles têm garantida sua participação, onde podem opinar, trazer sugestões e manifestar os desejos e prioridades desta comunidade. Cabe destacar o significado e o lugar que o Conselho Escolar ocupa na estrutura da escola. Conforme indica Cury (2000),

Etimologicamente o termo “conselho” vem do latim consilium. Por sua vez, consilium provém do verbo consulo/consulere, significando tanto ouvir alguém, quando submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido.(CURY, 2000, p. 47).

A valorização dos Conselhos como estratégia de gestão democrática da educação mostra a importância de sua função mobilizadora capaz de despertar o sentimento de todos em interagir e pertencer ao ambiente escolar. Para que a mobilização ocorra, é preciso que se institua uma nova concepção de participação. É necessário que pais, alunos e professores sintam que fazem parte integrante deste todo. Como aponta Freire (1996),

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 46).

É preciso criar condições em que os educandos se assumam como seres transformadores. É necessário mostrar aos alunos e familiares que a escola é o seu espaço de construção da cidadania. Para isso contribui o Conselho Escolar, órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora. Ele dá pareceres referentes ao trabalho de organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-pedagógico e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola (Estatuto do Conselho Escolar, 2005).

O referencial aqui apresentado e as reflexões que se fizeram ao longo deste capítulo dão suporte para o principal objetivo deste trabalho: Ativar o Conselho Escolar de forma que atue com funcionalidade e efetividade, apropriando-se deste importante espaço no processo de democratização. A reunião de diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e



internacional em que vivemos é, portanto, condição essencial para o desenvolvimento de uma gestão democrática. A seguir a descrição deste caminho percorrido.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS: O CAMINHO PERCORRIDO

Em uma das reuniões de equipe no ano de 2014, manifestei o desejo de construir um Plano de Intervenção para o fortalecimento do Conselho Escolar, uma vez que ele representa a comunidade, sendo um grande aliado da direção na gestão, principalmente quando se fala em gestão democrática. A ideia foi bem aceita, visto que uma das metas do plano de ação da gestão é aumentar a participação efetiva das famílias na escola e na vida escolar de seus filhos.

Já na primeira reunião da equipe, em 2015, foram estabelecidas estratégias para a ampliação da participação dos segmentos nas reuniões do Conselho Escolar e reuniões de pais na escola. A primeira delas foi a reunião da comunidade escolar para aprovação do Calendário, em 27 de fevereiro, onde foram apresentadas algumas propostas de trabalho e distribuído um questionário tendo como foco o conhecimento prévio Conselho Escolar. A participação efetiva só é possível com a proposta de ações em que os segmentos da Comunidade Escolar se apropriem do espaço da escola. Para tanto, é necessário o fortalecimento e uma nova configuração do Conselho Escolar, que abra espaço para estes segmentos - pais, alunos e funcionários - para que se façam presentes nas reuniões, opinando e trazendo elementos para a tomada de decisões da escola. Segundo Amaral (2006),

A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. (AMARAL, 2006, s/p)

Sentindo-se parte de um grupo, alunos, pais e professores expressam seus valores, construindo uma identidade coletiva capaz de transformar o ambiente escolar através de suas relações sociais, criando um novo espaço no qual todos são agentes.

Neste sentido, o presente trabalho seguiu os caminhos de uma pesquisa-ação de cunho qualitativo. Desta forma, pensei em começar pela busca de uma mudança cultural, onde os envolvidos trabalhem juntos para mudar o sistema, exercendo o poder de forma horizontal, onde todos possam ter a mesma força e voz.

### 3.1 A PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação foi escolhida por funcionar como estrutura de uma pesquisa pedagógica que tem como objetivo estimular a expressão individual na tomada de decisões e dessa forma gerar mudanças na cultura escolar, criando comunidades de investigação que contribui para práticas participativas e democráticas fazendo surgir uma ressignificação nos conceitos de professor, de aluno, de aula e de aprendizagem. Assim, como nos diz Franco (2005), a pesquisa-ação considera

[...] a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo. (FRANCO,2005,p.486).

A pesquisa-ação proporciona que se tenha elementos a partir da opinião dos sujeitos, organizando-se a metodologia a partir das situações relevantes levantadas pelos participantes. Trata-se de uma pesquisa participativa, onde sujeitos e participantes interagem para produzir novos conhecimentos. Pais, alunos, professores e funcionários utilizam os instrumentos de pesquisa como forma de iniciar a participação e diálogo no processo de planejamento e objetivos da escola.

Assim, no dia 23 de fevereiro de 2015, em reunião com a equipe diretiva da escola, foi apresentado o Plano de Intervenção com foco no fortalecimento do Conselho Escolar, onde discutimos a viabilidade e estratégias de aplicação nesta escola que está localizada no Bairro Restinga em Porto Alegre.

No dia 07 de março, primeira reunião do Conselho Escolar do ano com a participação dos segmentos pais, alunos e professores, conversamos sobre a importância da participação dos pais na escola, na vida estudantil dos alunos e nas melhorias que se deseja para a comunidade escolar. Foi apresentado um questionário, com o objetivo de verificar o conhecimento dos pais sobre as funções do Conselho Escolar. Como estratégia para alcançar um maior número de

participantes, convidamos duas mães líderes na comunidade para fazer a divulgação da reunião na semana anterior.

Já na semana seguinte, foi construído um novo questionário, desta vez mais dirigido aos horários disponíveis para os pais virem até a escola, sugestões de assuntos, palestras e seminários, bem como habilidades que os pais tenham e possam ministrar oficinas para a comunidade escolar.

Analisando as respostas dos questionários, foi possível organizar um horário de reunião com representantes da comunidade a fim de colocar as estratégias até aqui utilizadas e criar novas possibilidades de ação, com base na discussão dos resultados. Desta reunião surgiu o planejamento da Festa da Família, em conjunto com os representantes do Conselho Escolar, além da participação de outras lideranças da comunidade, CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) do bairro, Conselho Tutelar e Posto de Saúde. A Festa que já estava sinalizada no calendário escolar, aconteceu no dia 16 de maio, na escola, com atividades para a toda a família, planejadas a partir das sugestões e necessidades elencadas pelos pais nos questionários e reuniões anteriores.

No dia 11 de junho de 2015, ocorreu a eleição dos novos membros do Conselho Escolar e empossados do dia 16 do mesmo mês. No dia 16 de julho, aconteceu a primeira reunião de pais onde foi apresentado um material em power point com as atribuições deste colegiado, baseado nas respostas dos dois questionários, onde muitos pais não conheciam ou não tinham certeza das funções do Conselho Escolar. Nesta reunião, os pais presentes se manifestaram elencando alguns dos principais problemas na escola, como a infrequência, o baixo rendimento dos alunos, a falta de interesse pela aprendizagem, tanto dos alunos quanto das famílias e a segurança.

Nesta data ficou agendada nova reunião para o dia 06 de agosto, quando foi organizada uma comissão de membros para intervir junto à comunidade chamando os pais para uma assembleia com foco nas discussões dos problemas elencados e possíveis soluções, bem como o planejamento das atividades para a Festa de Aniversário da escola.

Também, foi construído um formulário<sup>1</sup>, para ser preenchido pelos pais, alunos, professores e funcionários, na sala de informática, como uma avaliação institucional da escola no seu 13º aniversário, aproveitando a comunidade participante da festa.

Os resultados foram tabulados e publicados na página do Conselho Escolar para divulgação e posterior avaliação em reunião.

Também, foi construído um instrumento de participação a partir de caixas de sugestões colocadas em diferentes espaços da escola, divididas por segmentos, além das reuniões também realizadas por segmentos, para elencar os principais problemas enfrentados pela escola neste momento e possíveis soluções, como mostram as imagens abaixo:

**FOTO 1:** Caixa de sugestões



**Fonte:** Sandra Morem

Estas ações mostram que o Conselho Escolar desta escola está aumentando sua atuação, objetivo principal deste trabalho.

Ainda para este ano, este novo Conselho tem como meta, a construção e organização do fórum de debates em reuniões mensais, que serão reorganizadas e sistematizadas nas reuniões do Conselho Escolar e difundidas aos demais segmentos.

Acredito que, dando segmento a estas ações e intensificando outras que surgirem com o aumento da participação da comunidade escolar, esta escola estará realmente exercendo a gestão democrática, baseada no efetivo exercício do Conselho Escolar, como forma de transformação e exercício da cidadania.

<sup>1</sup> O formulário pode ser acessado através do link: <https://docs.google.com/forms/d/127B3dURkhaB3J04KBQaYF0N0XM408nOdVuLrZzM-UDU/viewform?c=0&w=1>

#### 4 A ANÁLISE DAS AÇÕES

Para dar início à execução de meu PI, elaborei um pequeno questionário que foi entregue aos pais na primeira reunião do ano, no último sábado, dia 07/03. A reunião teve a participação de cerca de 30 pais, um número pequeno, mas, comparado a outros anos, muito significativo com relação ao crescimento da participação de pais . As questões apresentadas foram:

1. Quantos filhos você tem na escola?
2. Você costuma participar das reuniões da escola? Por quê?
3. Para você, para que serve o Conselho Escolar?
4. Você conhece os membros do Conselho Escolar da escola de seu(sua) filho(a)?
5. Por que você escolheu esta escola para seu(sua) filho(a)?

Nesta reunião apresentou-se o calendário escolar, explicando dias letivos, sábados letivos, sábados de formação, planejamento, feriados e pontes. Também foi apresentado aos pais os novos horários de aula que agora passam a ser por blocos e não mais por períodos, buscando uma maior qualidade na aprendizagem. A reunião mostrou a qualidade na participação dos pais, questionaram e demonstraram interesse na aprendizagem de seus filhos. Além do questionário apresentado no meu PI, também elaborei outras questões sobre a participação e ideias que os pais e responsáveis trouxeram para a escola como mostra o quadro abaixo, já com as respostas dos participantes:

#### QUADRO 1 – RESPOSTAS DOS PAIS AO QUESTIONÁRIO

Dias e horários para vir na escola	Assuntos para cursos e reuniões	Conhecimentos a serem compartilhados	Sugestões
<b>Qualquer dia e hora: 14</b>	Desenvolvimento das crianças		Melhorar a área da frente da escola para que os pais não se molhem em dias de chuvas e evitem o sol forte
<b>Segunda a sexta a partir das 17h</b>	Aprendizado, desenvolvimento e		Oficinas de capoeira, aeróbica, vôlei,

<b>Dias e horários para vir na escola</b>	<b>Assuntos para cursos e reuniões</b>	<b>Conhecimentos a serem compartilhados</b>	<b>Sugestões</b>
	entrosamento entre colegas		futebol, hip-hop
<b>Qualquer dia a tarde</b>	esportes		Deixar os pais entrarem na escola para que possam ir perdendo o medo e se adaptar mais fácil
<b>Segunda a sexta pela manhã 2</b>	Educação geral		Melhorar a integração de alunos, pais e professores
<b>qualquer dia pela manhã 3</b>	Preparação para o mercado de trabalho, responsabilidades civis		
<b>Sexta à tarde</b>	Conscientização ambiental		
<b>Todos os dias somente após o horário das aulas</b>	aprendizagem		Mais educação e aprendizagem
<b>Quintas-feiras à tarde</b>	Sobre o recreio		
<b>De terça à sexta</b>	informática	culinária	Cuidar para que os alunos não façam bullying
<b>Segunda pela manhã</b>	drogas		Drogas e família
<b>Terça-feira</b>	Flores em EVA	Trabalhos manuais	Integrar família e escola
<b>À noite ou de manhã</b>	Higiene pessoal das crianças	beleza	Mais educação
<b>Terça de manhã</b>	educação	Trabalhos manuais	Trabalho em conjunto entre alunos, pais e professores
<b>sábado</b>	Aprendizado dos alunos		
<b>2ª, 4ª e 6ª de manhã</b>	Inserção dos alunos na escola, medidas contra bullying, comprometimento dos pais com o tema de casa		Organizar o horário da saída dos alunos com antecedência, se saírem mais cedo, para que os pais saibam
<b>Sábado à tarde</b>	Sobre educação		Que se cobre sempre dos pais e alunos
<b>Quarta-feira 3</b>	A presença de estranhos ao redor da escola		Toda vez que o aluno for comportado e responsável que ganhe um “brinde” por merecimento
<b>3ª e sexta pela manhã</b>	Atividades em que os jovens possam entender as profissões	Já dei oficinas de violão aos sábados (pai da Celine)	Aproximar o jovem da realidade que é ter uma vida melhor a

<b>Dias e horários para vir na escola</b>	<b>Assuntos para cursos e reuniões</b>	<b>Conhecimentos a serem compartilhados</b>	<b>Sugestões</b>
	e estimulá-los a descobrir suas habilidades e dons		partir do conhecimento
<b>segunda</b>	Drogas e violência nas escolas, juntamente com os alunos		Gostaria que a escola tivesse ensino médio e cursos no turno inverso das aulas
<b>Terça e quarta pela manhã</b>	Tricô e crochê, sobre a família	Culinária e trabalhos manuais	
<b>Entre 17h30 e 18h</b>			Organização da entrada e, principalmente, a saída das crianças, deixando os menores saírem na frente
			Ter guardas na escola e não deixar as mães perto do portão
			Cumprir o que é dito
	Mais educação disciplina		Hora da leitura
	Melhora na aprendizagem	culinária	Respeito ao próximo, organização legal no ano letivo
	Desenvolvimento dos alunos e comportamento em sala de aula		Que a cada problema que houver na escola, a professora e os demais colaboradores mantenham sempre os pais informados, que passem aos alunos confiança e acima de tudo, mostrem a eles o valor da aprendizagem
	saúde	culinária	
	saúde		
	drogas	culinária	
			Amor próprio e respeito ao próximo. É muito importante se valorizar pois muitas crianças estão se perdendo por causa do padrão que o mundo lá fora impõe, seja de atitudes ou de beleza.



Dias e horários para vir na escola	Assuntos para cursos e reuniões	Conhecimentos a serem compartilhados	Sugestões
	Escola e família		Mais atividades envolvendo escola e família
			disciplina
	Sobre as aulas e sobre saúde		
	informática		
	Informática, reuniões sobre a melhora da escola para os alunos		Não faltar professores

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Mesmo com um número pequeno de famílias presentes, maior do que em anos anteriores, foi possível avaliar uma melhor qualidade nesta participação e aprofundamento da preocupação dos pais com os horários irregulares das aulas, a falta de professores, a recuperação desta carga horária com qualidade e os questionamentos sobre dias e horas do aluno. Opinaram sobre os sábados letivos e pontes nos dias de feriado. A equipe diretiva explicou aos presentes que os 200 dias letivos e 800 horas de aula, obrigatórios por lei, estavam previstos e mostrou no calendário o número de dias de cada mês. Quanto à recuperação de horas com a falta de professor, foi colocado também que cada turma tem sua carga horária somada e, ao final do ano, recuperada quando necessário, ao término do calendário previsto. Essa é uma nova configuração de participação na escola, em outros momentos, os pais apenas ouviram o calendário sem questionar ou opinar. Foi possível notar uma diferença na preocupação das famílias.

O segundo questionário enviado para casa foi com o objetivo de conhecer os melhores horários para os pais frequentarem a escola, assim como assuntos de interesse a serem tratados. O retorno dos questionários foi pouco, mas os que voltaram estavam respondidos e com algumas sugestões, diferentes dos tradicionais "sim e não". Pude notar que este não é um bom instrumento de pesquisa em nossa comunidade. O retorno e a coleta de dados foram insuficientes (21 devolvidos). Considerando este retorno, pensa-se em modificar as ações, voltando-as para atividades dentro da escola como festas, mostra de trabalhos, oficinas, apresentações, onde seja oferecido um espaço para sugestões e avaliações. Ao mesmo tempo, continuar investindo nas reuniões e assembleias de pais, bem como

ações planejadas pela equipe diretiva em conjunto com o grupo de professores e que trouxeram resultados positivos

Cabe ressaltar que algumas ações de articulação em equipe, executadas pelo SOE, foram sendo realizadas neste período:

- Chamamento dos responsáveis pelos alunos que tem mais de três atrasos;
- Condicionada a entrada do aluno com a presença dos responsáveis em caso de desrespeito, agressão física ou verbal;
- Pré-conselho de classe com as turmas, elencando os principais problemas e soluções possíveis para todos os setores da escola;
- Conselho participativo com os pais e alunos, conversando individualmente com cada professor;
- Parcerias com as lideranças de pais da comunidade para o resgate da participação nos eventos e reuniões da escola.

Na primeira entrega de avaliações deste ano, tivemos um resultado bastante satisfatório, onde 60% dos responsáveis estiveram na escola na data marcada, conversando com os professores e retirando a avaliação de seus filhos. No segundo trimestre aumentou para 70%. É espantoso pensar que este é um bom resultado, mas se considerarmos índices do ano de 2014 e anos anteriores onde a presença dos pais na entrega de avaliação não passava de 40%, tanto nos anos iniciais quanto finais, devemos considerar como um grande salto neste resultado.

Também, a partir da sugestão dos professores, o Serviço de Orientação da escola, vem fazendo o levantamento das famílias que não comparecem na entrega de avaliação e envia convocação para o comparecimento das mesmas em dias e horários marcados, com a presença do professor, reforçando a responsabilidade de cada um (a) no acompanhamento escolar dos filhos.

Analisando os resultados até agora, foi possível notar que estas pequenas ações diárias fazem a diferença e vem trazendo resultados significativos para a escola, pois o número de responsáveis que se fez presente na entrega de avaliação foi muito superior aos das entregas anteriores. Acredito que ampliando a participação através do Conselho Escolar e convocando os responsáveis pelo estudante, a escola está caminhando para conscientizar a importância da

participação dos pais e demais segmentos nas reuniões de Conselho Escolar e, conseqüentemente, nas ações desta escola.

Quanto ao segmento professores, garantimos ainda, semanalmente, reuniões por ciclos de aprendizagem para a construção de projetos de trabalho coletivos. Além destas, o espaço de reunião ano/ciclo também é garantido em outro momento semanal, onde os professores planejam juntos, discutem soluções e tem a oportunidade de discutir casos de dificuldades junto com o serviço de orientação e supervisão escolar.

Nestas reuniões fica garantido o espaço de trocas entre professor referência, professor volante (reforço), professores de áreas especializadas, professor que atua no Laboratório de Aprendizagem e SIR- Sala de Integração e Recursos- discutindo turma a turma, aluno por aluno, estratégias de inclusão, combate à infrequência e violência, seja ela qual for, em conjunto com a supervisão e orientação, que coloca o contexto familiar daquele aluno em questão, como forma de aproximação e compreensão dos professores envolvidos.

Como já descrevi anteriormente, mas se faz necessário retomar e reavaliar constantemente as ações no coletivo da escola. Entendo que para garantir os direitos constitucionais de acesso e permanência na escola, é preciso uma gestão democrática que proporcione uma aprendizagem de qualidade. Que respeite a diversidade e dê voz aos educandos, criando um ambiente de participação efetiva onde todos sejam ouvidos. Acredito que sendo coautor de sua aprendizagem e participando das decisões da escola, o aluno adquire um sentimento de pertencimento a este ambiente e conseqüentemente, sente vontade de nele permanecer e agir. Como os momentos de pré-conselho em sala de aula, onde o serviço de orientação ouve as necessidades de cada turma, e os fóruns criados a partir das questões elencadas no pré-conselho, onde os líderes encaminham as questões de cada turma para serem discutidas.

Uma escola democrática é de todos e para todos, e só se alcança uma aprendizagem com qualidade quando o aluno sente-se parte deste escolar, atuando como protagonista de seu saber e não como mero espectador. Nas palavras de Freire (1996), “nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se

transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo”. (p. 26).

A escola começa a apostar nesta metodologia, conselhos participativos, conscientização na e para as tomadas de decisões, acreditando em uma proposta pedagógica que envolva os diferentes agentes em corresponsabilidade pela aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, para os quais a participação e o exercício da democracia se torna fundamental para o seu crescimento.

Assegurar esses direitos não é tarefa fácil, pois, apesar da autonomia da escola em relação às decisões a serem tomadas, esta autonomia acaba quando esbarra em questões políticas de instâncias maiores e pela falta de recursos, sejam humanos ou financeiros. Aí entra a necessária cobrança de quem deve ser responsável e deve também assumir a responsabilidade de fazer com que estes direitos sejam respeitados.

Na escola analisada, o que fortalece a garantia desses direitos é o Plano Político Pedagógico, que estabelece as diretrizes e metas a serem atingidas pensando-se em uma gestão democrática; a atuação dos gestores e equipe diretiva, voltada para esta gestão democrática que executa o planejamento do PPP; a atuação do Conselho Escolar, que tem o poder de garantir as decisões da comunidade escolar, embasadas pelas leis; as reuniões de REDE da comunidade do bairro Restinga que tem por finalidade, unir forças e fazer cumprir as obrigações de cada órgão e instituição, levantando as situações e casos prioritários e, se necessário, construindo ações coletivas para se fazer cumprir judicialmente a garantia dos direitos violados.

Este conjunto de instrumentos e ações existem para fortalecer e fazer cumprir aquilo que acreditamos: a escola como espaço de aprendizagens múltiplas, diminuindo a discriminação, seja ela qual for, e preparando cidadãos que saibam exercer seus direitos e desempenhar seus deveres, inseridos no mundo. Esta ação pedagógica está voltada, também, para a ampliação da participação da comunidade, mesmo tratando-se de uma comunidade inserida num contexto violento, onde muitos ainda não conseguem se expressar através do diálogo, temos desenvolvido ações que buscam a maior participação dos pais na vida escolar de seus filhos e,

posteriormente, entendendo a importância de sua participação nas decisões dos rumos que a escola deve tomar.

Neste sentido, começou-se a intensificar festas na escola com a participação dos pais, com base em pesquisas sobre áreas de interesses e atividades que cada um poderia trazer para dentro da escola para socializar com os demais. Iniciamos com a pesquisa, reuniões e assembleias, eventos escolares com a participação da comunidade em oficinas (ministrando e participando das mesmas), palestras de interesse, até chegarmos às inscrições para participarem como membros do Conselho Escolar.

Trata-se de um processo de gestão democrática em construção. Observamos uma pequena mudança, mas sabemos que muito ainda precisa ser feito para que a comunidade esteja engajada na luta pela garantia de uma educação de qualidade e permanência do aluno na escola. Pensando neste direito - a permanência – a escola vem trabalhando para construir uma escola de qualidade, voltada para a valorização das múltiplas aprendizagens, onde o aluno seja o protagonista desta aprendizagem, sentindo-se parte deste grupo, ocupando seu espaço na escola, na vida e na sociedade.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A proposta deste trabalho foi lembrar as funções e fortalecer a atuação do Conselho Escolar como instrumento para a prática de uma gestão democrática, com o objetivo de aumentar a participação das famílias na vida escolar de seus filhos; aumentar a participação dos estudantes como forma de ampliar o interesse dos mesmos pela aprendizagem e, conseqüentemente, minimizar os conflitos, a infrequência e evasão escolar. Em parceria com a equipe diretiva e com base nos objetivos estabelecidos pelo Projeto Político Pedagógico da escola, iniciamos o planejamento das ações propostas neste trabalho.

Acredito na escola como um espaço de conhecimento e de formação para a cidadania onde crianças, adolescentes, jovens e adultos devem aprender a respeitar um ao outro. Isso só acontece através do diálogo, da participação nos movimentos, no planejamento e nas decisões em busca de soluções para a melhoria deste ambiente, garantindo os direitos humanos.

Para que isso seja possível, a atuação do Conselho Escolar torna-se indispensável, assim como o papel do gestor da escola em garantir que o espaço escolar minimize, através de um planejamento de práticas e ações coletivas, a distância entre a existência desses direitos e o exercício dos mesmos pelos alunos e demais segmentos da comunidade escolar, através do planejamento coletivo e de uma gestão descentralizada.

O desafio da escola vai além da transmissão de certos conhecimentos e informações sobre a questão dos direitos humanos, e envolve uma dimensão de formação que implica a construção de uma nova forma de ser, pensar e agir do ser humano em relação a si mesmo e em relação aos outros. Em nossa comunidade escolar, enfrentamos a discriminação de uma população que sofre com a marginalização econômica, o descaso com a violência, a violação do direito à uma educação de qualidade que valorize o espaço público e o direito à cultura, entre tantos outros.

Não adianta os direitos humanos estarem no currículo se os problemas da escola são resolvidos de formas arbitrárias, sem a participação de alunos, professores e funcionários. Neste sentido, se propõe uma educação para construção da paz e para a superação de conflitos. A educação não pode implicar apenas o

acúmulo de algumas informações, mas deve promover efetivamente a vivência diária dos direitos humanos, sem deixar de ser um espaço de acesso a outras culturas e de aprendizagem de outros valores que dignificam a vida humana. A escola deve ser, em última instância, aquela que nos convida à alegria do encontro com os outros, suas culturas e saberes. Também é preciso envolver um maior número de pais na escola, resgatar suas responsabilidades com os filhos, pois aqueles pais que não são presentes. São os mesmos pais dos alunos que apresentam os maiores índices de defasagem e infrequência.

Com a implementação das ações planejadas neste trabalho, pude notar que muito ainda precisa ser trabalhado nesta comunidade para que entendam que a escola é um bem e um instrumento de transformação local. A participação dos pais e responsáveis ainda é muito pequena.

Já no primeiro trimestre do ano, houve um aumento da presença dos pais ou responsáveis no Conselho de Classe e na entrega de avaliações, aumentando ainda mais no segundo trimestre. Isso mostra que a ação do Conselho Escolar, o chamamento da comunidade escolar para as reuniões, eventos na escola e conversas com o serviço de orientação, começaram a dar resultado. Apesar disso, ainda é preciso fazer com que os pais entendam que a participação na vida escolar dos filhos é necessária tanto nos anos iniciais quanto nos finais, principalmente nestes últimos, onde a evasão e infrequência são maiores. As sugestões de assuntos elencadas nos questionários, como palestras sobre aprendizagem e como auxiliar na educação dos filhos são válidas e importantes, mas não suficientes. Se a falta de conhecimento é um entrave, precisamos trazer estes pais para estudarem também, temos a Educação de Jovens e Adultos no turno da noite, uma oportunidade de aperfeiçoamento, capacitação e uma forma de se fazerem mais presentes e pertencerem ao ambiente escolar iniciando a transformação de suas vidas, estendendo para seus filhos.

Penso que as ações deram início a uma modificação de postura, mas alcançou um número muito pequeno de famílias, basicamente aquelas que já se fazem presentes no cotidiano escolar. É preciso planejar ações voltadas mais especificamente para atingir aquelas famílias mais distantes, com as quais a escola enfrenta maiores conflitos e cujos filhos apresentam os maiores índices de

infrequência, agressividade, problemas de relacionamento, baixo rendimento escolar e evasão. Acredito que podemos focar em estratégias com a parceria do posto de saúde da localidade, CRAS - Centro de Referência em Ação Social – e Conselho Tutelar e agentes comunitários para intensificar movimentos como filmes, vídeos, documentários, palestrantes que fomentem uma consciência política de participação e interesse das reuniões. Utilizar as reuniões do Conselho Escolar para planejar ações com a comunidade, professores e alunos, construindo uma escola ao alcance de todos e para todos.

Pouco foi feito ainda, mas podemos ver nos pais e alunos uma pequena mudança de postura que os faz começar a entender a importância de sua participação na aprendizagem de seus filhos. Que o envolvimento e a contribuição de todos - pais, professores, alunos, funcionários - ocupando seu espaço como agente de transformação do ambiente escolar e agindo coletivamente, garante a prática da democracia na gestão da escola e pode modificar um ambiente de convívio social, onde cada indivíduo faz a diferença.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Lúcia. **Pertencimento**. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>, 2006. Acesso em 30 out 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselhos Escolares: Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública**. Brasília: MEC, SEB, 2007.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional: Lei Nº. 9394/96.

CURY, Carlos R. Jamil. **Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. RBPA, 2007.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **A Pedagogia da pesquisa-ação**. Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de educação da USP. Vol. 31, fascículo 3. Dez 2005. São Paulo 2005. ISSN: 15179702.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

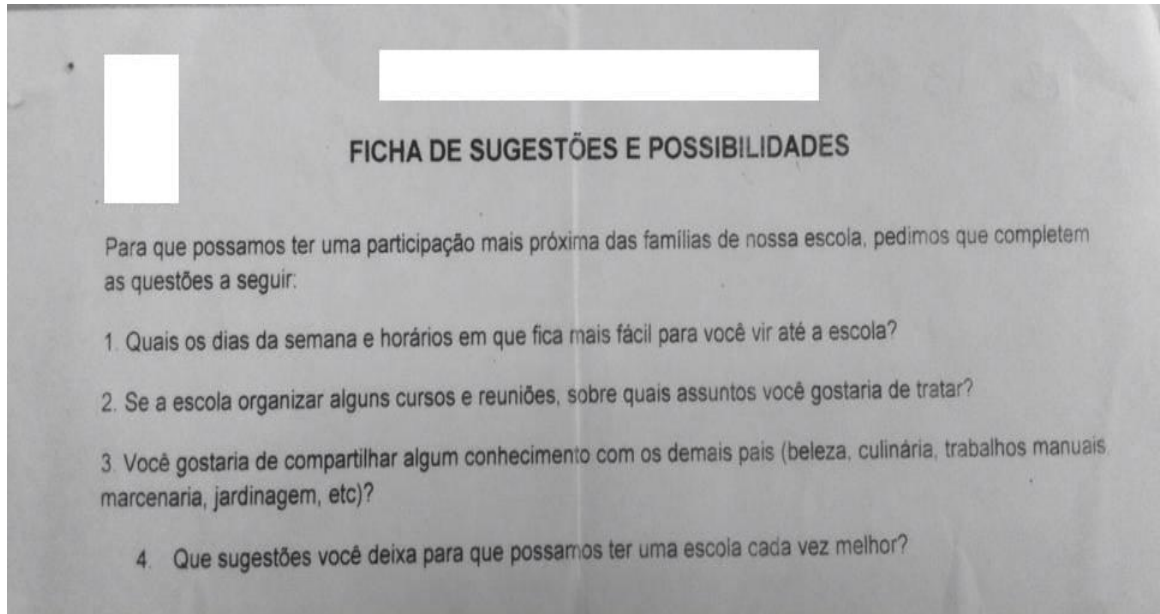
GRACINDO, Regina Vinhaes. Os conselhos escolares e a educação com qualidade social. In: **Gestão democrática da Educação**. Brasília: MEC, Salto para o Futuro – TV Escola, Boletim 19, 2005.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

**Disponível** **em:**  
<https://docs.google.com/forms/d/127B3dURkhaB3J04KBQaYF0N0XM408nOdVuLrZzM-UDU/viewform?c=0&w=1> **acesso em 17/08/2015**

**APÊNDICE:**

Modelo do questionário 1:



**FICHA DE SUGESTÕES E POSSIBILIDADES**

Para que possamos ter uma participação mais próxima das famílias de nossa escola, pedimos que completem as questões a seguir.

1. Quais os dias da semana e horários em que fica mais fácil para você vir até a escola?
2. Se a escola organizar alguns cursos e reuniões, sobre quais assuntos você gostaria de tratar?
3. Você gostaria de compartilhar algum conhecimento com os demais pais (beleza, culinária, trabalhos manuais, marcenaria, jardinagem, etc)?
4. Que sugestões você deixa para que possamos ter uma escola cada vez melhor?

Modelo do questionário 2 :

### Senhores Pais ou Responsáveis:

Uma escola é construída a partir da participação de todos: pais, professores, alunos e funcionários. Nossa escola pretende ampliar a participação dos pais nas decisões e opiniões sobre as prioridades desta comunidade escolar e para isso, estamos iniciando uma pesquisa a fim de planejarmos nossos próximos encontros.

1. Quantos filhos você tem nesta escola?
2. Você costuma participar das reuniões de pais na escola? Porquê?
3. Para você, para que serve o Conselho Escolar em uma escola?
4. Você conhece os membros do Conselho Escolar da escola de seus filhos?
5. Porque você escolheu esta escola para seu filho?